



PROPOSTA

Ano Económico de 2013

Mais uma vez, convém referir que, apesar de todas as dificuldades com que sempre nos deparámos é necessário manter o ritmo de desenvolvimento e a melhoria de qualidade de vida dos munícipes, progredindo sempre em cada setor da vida municipal, lançando mão de todos os meios ao alcance desta entidade, quer se trate do apoio comunitário, quer de contratos-programa, quer ainda do recurso ao crédito, dentro da capacidade de endividamento do município, ou finalmente, do aumento a curto prazo das receitas próprias do município (taxas e tarifas, pelos serviços prestados à comunidade), ou, também, através da racionalização de custos e no planeamento das ações e projetos.

Convém, também, fazer sentir, como se tem feito em anos anteriores, que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano são meros instrumentos de previsão de execução das atividades que se pretendem levar a cabo, de arrecadação de receitas e realização de despesas, no que se tem de imprimir a eficácia desejada, para que não virem em instrumentos de estrangulamento da referida atividade, que se pretende expedita, pois é sabido que as receitas só têm a elasticidade que têm.

Dito isto, só nos resta solicitar dos Digníssimos Membros desta Assembleia Municipal que, com vista à concretização das Opções constantes do plano de atividades que ora submetemos à vossa apreciação seja concedida autorização para:



1º- Continuar a cobrança dos impostos municipais através dos competentes Serviços do Estado que por lei estão consignados ao Município, onde se encontram incluídos os já votados – Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama;

2º- Cobrança das taxas e licenças previstas na respetiva Tabela, bem como o tarifário pela prestação de serviços, sem prejuízo da atualização dos seus valores com efeitos a partir do início do próximo ano, bem como, a revisão de algumas taxas, cuja proposta será, oportunamente, apresentada à Assembleia Municipal para aprovação;

3º- Recurso aos Fundos Comunitários, da Administração Central e ao crédito, se necessário, através dos mecanismos legais e dentro dos limites estabelecidos, utilizando, sempre que possível, linhas de crédito especiais, sem prejuízo de, na altura própria, as decisões serem presentes ao órgão deliberativo;

4º- Considerando o disposto no n.º 6, do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, 8 de Junho, autorizar a repartição dos encargos relativos a obras e fornecimentos, aquisição de bens ou serviços que resultem do Plano Plurianual de Investimentos aprovado, por mais que um ano, quando não seja possível, no período da sua validade, satisfazer pela totalidade os encargos contraídos por dificuldades de tesouraria, bem como outras situações previstas no aludido artigo 22º;

5º- Autorizar a introdução nas Grandes Opções do Plano os ajustamentos necessários, quer pela transferência de verbas disponíveis ou aprovadas em programas de financiamento externo, quer pela inclusão de obras novas ou ainda reforçar as inscritas, através das modificações orçamentais, desde que tais alterações não alterem o valor global do orçamento e das GOP's, excepto nas situações admitidas por lei;



6º- Nos termos do previsto no art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos do previsto no n.º 1 do art.º 6º da LCPA, prestar a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais previstos nas Grandes Opções do Plano;

7º- De igual modo, nos termos das mesmas disposições referidas no ponto anterior, prestar a autorização prévia para os compromissos plurianuais dos contratos vigentes, não evidenciados nas GOP's e aqueles que serão celebrados em 2013, tais como, o contrato a celebrar com a associação D'Orfeu, para se dar continuidade ao projeto denominado "Festim", por mais quatro anos;

8º- Finalmente, a aprovação das Grandes Opções do Plano apresentado, bem como do Orçamento que lhe dá a necessária cobertura.

No uso da competência dada através da alínea c), do n.º 2, do art.º 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada através da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, elaboramos os documentos previsionais – Orçamento e Grandes Opções do Plano – para o ano económico de 2013, com vista a serem apreciados e votados pela Assembleia Municipal, nos termos da legislação em vigor.

O Órgão Executivo,